



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO NO ENSINO RURAL PARAIBANO (1951-1956)

Thais Gomes de Vasconcelos

Universidade Federal da Paraíba - UFPB - thais.vasconcelos@hotmail.com

Joice Lima Branco da Silva

Universidade Federal da Paraíba - UFPB - branco.joice@yahoo.com.br

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Universidade Federal da Paraíba - UFPB - acfp@terra.com.br

Resumo:

A educação paraibana nos primeiros anos da década de 1950 passou por vários momentos, ora marcados por *mudanças* mais efetivas outros por *permanências* daquilo que já havia sido implementado pelo Estado brasileiro no final da década anterior. O discurso desenvolvimentista era permeado pela ideia da modernização que foi reinventada e recebeu novos entendimentos na conjuntura política no período que foi marcado pelo retorno de Getúlio Vargas pela via democrática (1951). No seu governo foi dado prosseguimento aos investimentos no âmbito da alfabetização que era entendida como necessária no sentido de acompanhar as transformações sociais e econômicas que visavam o desenvolvimento do país. Neste cenário mais amplo, o estado da Paraíba, buscou investir no setor educacional não apenas nas áreas urbanas, mas, sobretudo, nas rurais. Partindo destas constatações mais gerais, este estudo tem como objetivo analisar alguns aspectos relativos ao ensino primário, especialmente, no meio rural, considerando as políticas desenvolvimentistas no período supracitado. Metodologicamente, foi realizado levantamento de notícias no *Jornal A União*, durante o governo de José Américo de Almeida, localizados no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, vinculado a Fundação Espaço Cultural – FUNESC e no Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP, ambos situados na cidade de João Pessoa – PB. As discussões foram aportadas teoricamente pelas proposições do Eric Hobsbawm (1998). Grosso modo, podemos afirmar que o período aqui em estudo foi marcado por grandes investimentos na construção de escolas rurais, com o apoio inclusive de relevantes recursos oriundos do INEP que naquele momento era dirigido por Anísio Teixeira.

Palavras Chave: Educação. Desenvolvimentismo. Escolas Rurais.

1.0 Introdução:

A partir da instauração do regime republicano foram disseminados, especialmente, nos centros urbanos, os grupos escolares. Esse tipo de instituição de ensino primário tornou-se muito rapidamente “símbolo” de modernização escolar no Brasil. Em contrapartida, para o meio rural, “a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.” (LEITE, 1999, p. 28 *Apud* PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013, p. 181).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Tal processo que se entrelaçou com as transformações sociais se estenderam pelas décadas seguintes, atingido o momento de grandes mudanças a partir dos anos de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder (1930 - 1945).

Naquele momento o Brasil encontrava-se inserido no processo de urbanização e de industrialização, que necessitava de mão de obra qualificada. Articuladamente àquela necessidade ocorreu a intensificação de movimentos migratórios do campo para as cidades, provocando assim um significativo aumento do contingente populacional das áreas urbanas. Atento para tal problemática Getúlio Vargas buscou implementar, a partir da ação de um grupo de intelectuais, escolas rurais, que para além das primeiras letras seriam direcionadas ao “ensino profissional agrícola e a educação moral, com forte teor nacionalista, às populações do campo.” (PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013, p. 174). Tal ação tomou contornos mais nítidos durante o Estado Novo (1937 – 1945).

Com o fim do regime ditatorial estadonovista e da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou por novas transformações políticas, econômicas e sociais, passando a sofrer, inclusive, maiores influências norte-americanas, tanto no âmbito econômico quanto no educacional. No âmbito educacional novamente ocorreu a constatação de que a nação brasileira vivia em um “mar de analfabetos”. Assim, na administração de Eurico Gaspar Dutra (1946 - 1951), foram iniciadas as campanhas de alfabetização de jovens e adultos, tendo em vista o desenvolvimento do país.

Na Paraíba, que se encontrava sob o governo de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (1947 - 1951), não foi muito diferente em relação às avaliações que foram realizadas para o conjunto do país. Assim, as políticas educacionais promovidas, até então implementadas no Estado da Paraíba, adentraram a década de 1950, com as campanhas de alfabetização, formação de professores e construções das unidades escolares, com destaque para a criação de escolas rurais.

Sobre esse último aspecto, segundo informações contidas na obra de Mello (1956), naquele período foram instalados 28 grupos escolares. Já com relação às escolas rurais, com o auxílio do Governo Federal foram: “174 escolas rurais, 14 as quais iniciadas em administração anterior, deixa em final de construção 44 e com construção iniciadas 100.” (A UNIÃO, 1 de julho de 1950, p. 5).

Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951 pela via democrática, o discurso sobre as questões educacionais tomam contornos mais amplos, conforme podemos acompanhar no trecho a seguir:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

É necessário (...) adotar neste setor, assim como em outros, o princípio de igualdade de oportunidades para todos, básico em nossa época, e à luz do qual **o processo educativo passa a ser considerado instrumento não só de conservação, mas, também, de renovação e de progresso**, dada a possibilidade que abre de acesso aos mais capazes de qualquer origem às funções de elevada categoria. (MENSAGEM, 1951, p.199, negrito nosso).

Concomitantemente para o governo do Estado da Paraíba foi eleito José Américo de Almeida (1951 - 1956), que deu prosseguimento às diretrizes apontadas pelo governo federal, mas ao mesmo tempo salientava o caos em que se encontrava o Departamento de Educação, ou melhor: Não poderia o Govêrno tomar pé nesse caos para adoção de novas diretrizes, sem a colheita dos elementos concretos que apontassem as maiores necessidades e sugerissem as fórmulas adequadas. (PARAÍBA, Mensagem. 1951, p. 66).

Em Relatório de avaliação realizado por Lourenço Filho, concernente aos Encontros Regionais de Educadores Brasileiros e que fora solicitado pela Confederação Nacional da Indústria, ocorridos naquele período, salientou que se tornara frequente a agregação dos fatos educacionais e outras categorias de vida social. Para ele, em primeiro lugar ocorreu “a introdução de métodos objetivos na análise da realidade social”, a partir do binômio “educação e desenvolvimento”. A segunda esteve relacionada “a difusão de amplas doutrinas ou ideologias relativas à organização política” ficando conhecida por seu vínculo a “educação para o desenvolvimento” ou “educação para mudança social”. (FILHO, 1961, p. 35).

Assim, considerando esses aspectos mais gerais este estudo tem como objetivo analisar algumas perspectivas relativas ao ensino primário, especialmente, no meio rural, considerando as políticas desenvolvimentistas no período supracitado. Todavia, antes se faz necessário explicitarmos os procedimentos metodológicos que adotamos no transcorrer da pesquisa.

2.0 Metodologia

Inicialmente realizamos um levantamento das notícias relacionadas à educação no Estado da Paraíba, no *Jornal A União*, no período de 1951 – 1956. Os exemplares consultados encontram-se parte no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, vinculado a Fundação Espaço Cultural – FUNESC e parte no Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP, ambos localizados em João Pessoa - PB. Também consultamos as leis e regulamentos relativos à educação bem como as mensagens presidenciais e as encaminhadas pelos governadores paraibanos a Assembleia Legislativa.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Com o apoio das referenciais bibliográficas realizamos a análise crítica dos documentos levando em consideração o contexto histórico e o lugar social de seus produtores. Para tanto, adotamos a do materialismo histórico, observando que o

método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (FRIGOTTO, 1989, p. 76).

Com relação ao pressuposto teórico, nos baseamos nas noções temporais de *mudanças* e *permanências* sob a perspectiva teórica de Eric Hobsbawm (1998).

3.0 Resultados e discussões:

O ensino primário no meio rural paraibano no contexto da política nacional desenvolvimentista

As perspectivas discursivas acerca da necessidade de *mudança* no sistema educacional brasileiro não foi algo próprio e particular da década de 1950. Ela remonta toda a história educacional brasileira desde a primeira metade do século XIX. Todavia, ela assume ares de política de estado-nação a partir da década de 1930, especialmente após publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que propugnou em linhas gerais, a educação obrigatória, para todos, pública e laica.

Mesmo marcado por muitos atropelos, recuos, dificuldades e resistências, especialmente liderado pela Igreja Católica e pelos segmentos sociais mais conservadores da sociedade brasileira chegamos à década de 1950 com esses ideais preservados, todavia marcado pelos altos índices de analfabetismo.

Na Paraíba segundo estudo realizado por Pinheiro (2015, p. 4), “A ideia de educação voltada para o desenvolvimento e progresso da nação foi recorrente nos discursos políticos desde os anos de 1930, resguardando-se, evidentemente, as particularidades que cada nova conjuntura política e econômica ia exigindo do setor educacional.”.

No entanto, alguns anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil sofreu ações de organismos internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas – ONU. Assim, os Estados Unidos passaram a contribuir para manutenção da “ordem social” fundamentando a ideia de que o desenvolvimento social e econômico deveria se estender também ao meio rural. Para tanto, foi idealizada a Campanha Nacional de Educação Rural -



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CNER, que buscara adequar o homem do campo a nova perspectiva de desenvolvimento. Segundo Pereira (2013, p. 61), “a CNER foi criada no ano de 1952, no governo de Getúlio Vargas, no entanto, a campanha somente foi oficializada no ano 1956, já no governo de Juscelino Kubitschek, sendo abolida em 1963.” Por outro lado, segundo estudos realizados por Silva (2015), a CNER no estado da Paraíba contou com o apoio do Governador José Américo de Almeida, e se efetivou já no ano de 1952 através de Cursos de Férias para Professores Rurais, em suas palavras tais cursos tinham “[...] a preocupação com a qualidade do ensino prestado nas escolas rurais e a necessidade de formar no homem do campo um cidadão capaz de se manter fixo em sua terra, como também apto para adentrar no mundo da modernização.” (SILVA, 2015, p. 11).

Para além dos movimentos que envolveram as campanhas de alfabetização, houve ainda os investimentos destinados à construção de escolas rurais, com apoio financeiro do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, especialmente a partir da administração de Anísio Teixeira,¹ que fora convidado por Vargas para ocupar o mencionado cargo em 1952. Este em seu discurso de posse, que salientou que

Nenhum progresso principalmente qualitativo se poderá conseguir e assegurar, sem, primeiro, saber-se o que estamos fazendo. (...)
[Assim, para] uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, [se faz necessário] examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar, medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino. (TEIXEIRA, 1952. p. 14 – 15 e 17).

Além dessa preocupação Anísio Teixeira apontava para a necessidade de reformar, “reabilitar ou reconstruir” o ensino primário no Brasil, ou de forma mais abrangente modificar o “sistema” brasileiro de ensino. Para tanto, pautava as suas preocupações tomando como referência os ideais da escola nova, inspirando-se principalmente na obra do norte-americano John Dewey. Fez ainda estudos comparativos considerando os investimentos governamentais das Américas, inclusive o do Brasil, com aqueles que eram efetivados nos Estados Unidos. Entre os inúmeros escritos publicados e discursos que proferiu sobre a situação escolar e educacional brasileira aqui destacamos uma que ocorreu na Sessão da Federação Nacional das Indústrias, em São Paulo, durante a visita que o Ministro da Educação fez, em 1956 no mencionado estado.

¹ Sobre essa questão consultar os estudos realizados por Pinheiro (2006) e Freitas e Nascimento (2006).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A educação que vimos até hoje organizando no país, nunca foi dirigida para êle. Era a educação para a nossa classe. Permitimo-la ao povo, por tolerância. Embora estratificado em uma sociedade de classes, sempre tivemos o senso de humor de conservar nossas classes abertas. E, graças a uma educação seletiva, retirávamos das classes populares aqueles que se revelassem capazes de participar conosco do banquete da vida brasileira. Não lhes fechávamos a porta, mas escolhíamos aqueles que podiam entrar. Desde a escola primária, começamos a seleção, dividindo, por meio dessa escola, que deveria ser a escola comum do povo brasileiro, os meninos entre “inteligentes” e “não inteligentes”. (TEXEIRA, 1956, p. s/n)

Assim sendo, baseado na ideologia do liberalismo econômico o Brasil procurou adotar novos rumos, assentados no desenvolvimentismo.

Conforme mencionamos anteriormente vários estudos comparativos foram realizados entre os Estados Unidos e a América Latina. Lourenço Filho, por exemplo, indicou em um dos seus estudos que “de 1840 a 1950, a cota da população empregada em atividades primárias nos Estados Unidos baixou de 78 para 12%” e, na América Latina, segundo dados da Comissão Econômica para América Latina - CEPAL de 1925 á 1950 haveria a oscilação entre 62% para 53%, de permanência no setor primário. (FILHO, 1961, p. 39). Semelhante movimento, também ocorreu no Brasil e no Estado da Paraíba. Nesse sentido, segundo dados coletados por Cittadino (1998), em 1940, 78,10% da população paraibana vivia nas áreas rurais e 1960 a estimativa era de 65,08%.

Assim, mesmo ocorrendo o crescente aumento da população urbana, demandando, portanto, maiores investimentos na sua educação escolar, era necessário ampliar a atenção para a escolarização do meio rural. Nessa vertente de preocupação, vale ressaltarmos que em 1946 foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto). De forma que, segundo estudo realizado por Pereira (2013, p. 46) “a criação de escolas rurais naquele período contribuiu para o projeto de nação brasileira, especialmente no intuito de instruir homem do campo, no sentido de diminuir a sua ignorância e as altas taxas de analfabetismo, bem como o de profissionalizá-lo.”

Paralelamente e contraditoriamente os discursos proferidos por muitos administradores públicos e por alguns intelectuais ressaltavam a necessidade de fixar do homem a terra, no sentido de evitar ou, de pelo menos, minimizar os processos migratórios. Esse aspecto pode ser observado no seguinte trecho da mensagem proferida pelo governador do Estado da Paraíba José Américo de Almeida à Assembleia Legislativa, em 1955.

No campo há-de objetivar-se uma **formação que favoreça a fixação do homem à terra** e desenvolva a sua capacidade de realizar-se com os meios



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que ela lhe oferece. Para isso, além do curriculum escolar propriamente dito, importa favorecer o conhecimento das técnicas fundamentais ligadas às atividades rurais, bem como dos problemas da comunidade rural. Outrossim, importa associar ao trabalho escolar a iniciação artesanal, que, todavia, deve desenvolver-se através do Ensino Supletivo — também este devendo ajustar-se a novos padrões. (PARAÍBA, Mensagem, 1955, s/p. **negrito nosso**).

Com essa perspectiva, é importante lembrarmos que desde os primeiros meses do ano de 1952, José Américo de Almeida realizou um debate a fim de discutir “o problema da educação rural”, destacando a necessidade de criação de um centro de preparação de professores rurais na Paraíba, a partir das indicações do Conselho Nacional de Educação ao salientar que

[...] o problema da educação rural, conforme o programa de cooperação técnica da Organização dos Estados Americanos, que determina a instalação de um Centro de Preparação de Professores de Escolas Normais Rurais e Especialistas de Educação Rural, num dos países sul-americanos. [...] A importância do assunto foi destacada por vários membros do Conselho Nacional de Educação, tendo o seu presidente tecido comentários relativos à nacionalização do ensino. (A UNIÃO, 21 fev. 1952, p. 1).

Naquele mesmo ano (1952), como já mencionando anteriormente, foi lançada em todo o país, a Campanha Nacional de Educação Rural, que tinha como um de seus objetivos, melhorar a qualidade do ensino prestado nas escolas rurais, o que não excluía o caráter utilitarista por parte do governo que pretendia oferecer um melhor ensino a fim de possibilitar as vias necessárias para o desenvolvimento da nação, uma vez que a tecnologia começava a invadir o campo. Articulada a essa questão Pinheiro (2015, p.12), ressalta que

diferentemente do que havia ocorrido na década de 1940, que tiveram o objetivo de transformar os sujeitos do meio rural em indivíduos mais civilizados e atentos para as ideias da democracia liberal, desta feita eles assumiram mais claramente o objetivo de dar conta das demandas de produção do setor agro-pastoril.

No que concerne aos investimentos realizados por José Américo de Almeida segundo estudos realizados por Vasconcelos e Pinheiro (2015), até janeiro de 1955, foram construídos e concluídos mais escolas rurais do que grupos escolares, com recursos oriundos do INEP. Sobre esses recursos financeiros, segundo Mendes (1956b), no último quinquênio o Estado da Paraíba havia recebido do INEP o valor de Cr\$ 13.634.000,00, além de Cr\$ 650.000,00 para aquisição de mobiliário escolar. Com relação aos prédios que atendiam a educação primária, isto é, para construção e manutenção de grupos escolares e de escolas rurais, foram assinados os seguintes acordos:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Acôrdo datado de 11.2.53 para construção de 4.E.R e 3 E.G no valor de Cr\$... 560.000,00; Acôrdo datado de 11.2.53, para construção de 6.G.E. no valor de Cr\$ 2.000.000,00; Acôrdo datado de 31.3.54, para construção de 8 E.R. Germinadas no valor de CR\$ 1.280.000,00; Acôrdo datado de 31.3.54, para construção de E.R no valor de Cr\$ 480.000,00; Acôrdo datado de 31.3.54 para construção de 5 G.E no valor, no valor de Cr\$1.500.000,00; Acôrdo datado de 31.3.54 para conclusão de 15 G.E no valor de Cr\$ 1.814.000,00; Acôrdo datado de 10.9.55 para construção de 1 G.E no valor de Cr\$ 500.000,00 – 8. 634.000,00 [...]”. (MENDES, 1956b, p. 6).

Também podemos destacar que houve investimentos destinados à educação para o meio rural no sentido de prover 70% das escolas vagas na zona rural, além de outras providências tais como:

A criação de Clubes Agrícolas; formação de uma equipe de professoras ruralistas pelo INEP e através de outros estágios, as quais já estão sendo aproveitadas em cursos no interior [...] reorganização do ensino normal rural, de acordo com as suas finalidades, cooperação nos seguintes movimentos ruralistas, promovidos pelo Ministério da Agricultura: Curso de Especialização de Clubes Agrícolas, em Pernambuco (1952), Semana Ruralista e Curso de Férias em Areia, no mesmo ano. (A UNIÃO, 31.01. 1955, p. 5)

No que concerne, especificamente à formação de professores que deveriam atuar nas escolas rurais José Américo de Almeida, anunciou na imprensa local que:

Foram admitidas, no exercício de 1954, duzentas e quinze professoras, incluindo-se neste número muitas que não possuem diploma, o que decorre da impossibilidade de contar sempre com professoras tituladas para os lugares mais distanciados das áreas citadinas.

Tem procurado o Govêrno, todavia, recrutar, de preferência elementos devidamente habilitados. Sendo êsse um dos objetivos da elevação de vencimentos do magistério primário.

Em conseqüências das novas admissões, feitas na maioria em escolas vagas da zona rural, foi possível preencher perto de 40% das escolas vagas ainda existentes em todo o Estado (PARAÍBA, Mensagem. 1955).

Um dos grandes problemas enfrentados no âmbito da educação destinada ao mundo rural era a da permanência das professoras nas escolas mais longínquas no interior paraibano. Para tanto, em 1955, foi criada pela Lei Nº 1.389, de 21 de dezembro a Divisão do Ensino Rural, Profissional e Supletivo – DERPS, subordinada ao Departamento de Educação. Entre outras atividades caberia a esta Divisão exercer um maior controle sobre as professoras rurais. Segundo José Américo de Almeida elas formariam “um quadro independente, não lhes sendo



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

permitido transferirem-se para as cidades, o que virá pôr fim à sua constante evasão das zonas rurais.” (PARAÍBA, Mensagem, 1955, p. s/p).

Todas essas medidas objetivaram ampliar a ação do poder estatal nas questões educacionais e escolares. Entretanto, a fixação do professorado no meio rural, ou melhor, nas escolas rurais era dificultada não somente pelas grandes distâncias dos maiores centros urbanos do Estado da Paraíba (João Pessoa, Campina Grande), mas, era provocada, sobretudo, pelo precário funcionamento estrutural das escolas, uma vez que, o próprio governador alertou em mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa naquele tipo de escola “não [existia] abastecimento d’água, o que [concorria] para o não funcionamento normal dos aparelhos sanitários e bem assim o fornecimento de água potável para uso dos alunos.” (PARAÍBA, Mensagem. 1951, 67).

Assim tendo apontado esse leque de questões que envolveram a escolarização no meio rural é importante frisarmos que as tentativas do poder público em implementar políticas educacionais mais consistentes para o meio rural enfrentou entraves tanto de ordem infra-estruturais, quanto sócio-cultural.

Considerações finais:

No ínterim aqui em discussão algumas políticas educacionais passaram a ser implementadas no país com o objetivo mais amplo de tornar os sujeitos vinculados ao mundo rural em cidadãos mais conscientes de seus direitos, mas, sobretudo, de seus deveres. Torná-los mais instruído possibilitaria também torná-los mais capazes para enfrentar as novas demandas do setor produtivo, especialmente caso viesse a migrar para as cidades. Foi, portanto, a partir dessa chave de análise que consideramos que tanto o Governo Federal quanto o Governo paraibano, procuraram implementar ações no sentido de ampliar a presença da escola pública no meio rural, acompanhando, portanto, o projeto maior de Nação que deveria se fortalecer pela perspectiva desenvolvimentista.

Vale ainda ressaltarmos que associado ao processo de expansão da oferta da escola pública no meio rural, bem como da presença mais efetiva de professoras mais qualificadas naquele tipo de escola, também foram estimuladas as campanhas e programas de alfabetização destinados àqueles que já se encontravam fora da idade escolar. Entretanto, segundo Mendes (1956a, p. 3), o setor educacional mais atingido pela ação do governo voltou-se para o ensino primário, pois “aí que se [opera] um trabalho revolucionário,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

substituindo às velhas rotinas por uma estrutura de linhas avançadas e modernas”.

Nesse sentido, consideramos necessário realizarmos certa revisão historiográfica que afirma de forma generalizada que o segundo governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954), “ficou devendo muito se o que estiver em pauta for educação. E quase não se fala em educação nesse período.” (BOMENY, s/a, p.s/n). Assim, nos parece, ainda, importante compreendermos melhor o novo cenário político, social e econômico no qual foram implementadas as políticas educacionais e não simplesmente realizarmos comparações deste momento ao qual estamos analisando com o período anterior, ou seja, o do primeiro período do governo Vargas (1930 – 1945). Entendemos, assim, que a realidade paraibana, por exemplo, nos revelou ser peculiar uma vez que ocorreu um processo de investimentos em escolas destinadas ao meio rural, dando início, portanto, ao que Pinheiro (2002 e 2006), convencionou chamar de a era das escolas rurais primárias na Paraíba.

Referências:

BOMENY, Helena. **E ele voltou... o segundo governo Vargas: A educação no segundo governo Vargas**. Rio de Janeiro, RJ: FGV CPDOC. s/a.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado (1945 - 1964)**. João Pessoa, PB: Universitária/Ideia, 1998.

FILHO, Lourenço M. B. Educação para o desenvolvimento. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 35, nº 81, jan./mar. 1961. p. 35 - 66.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Anísio Teixeira e as construções escolares como estratégia para a difusão de modelos pedagógicos. In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINNSKI, Iria (orgs). **Anísio Teixeira na Direção do INEP: Programa para a reconstrução da Nação Brasileira (1952 – 1964)**. Brasília, DF: INEP, 2006. p. 209 – 225.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. (Biblioteca da educação. Série 1- escola; v. 11). p. 69 - 90.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid. Knipel Moreira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

MENDES, Durmeval Trigueiro. O ensino primário na Paraíba. In: PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, de 14.09.1956a. p. 3 - 4.

MENDES, Durmeval Trigueiro. O ensino primário na Paraíba. In: PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**, de 20.09.1956b. p. 2 - 6.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1956.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, na abertura da sessão legislativa em 1951. In: MEC-INEP. **A Educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. vol. 1, Brasília, DF: INEP, 1987.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 1 de julho de 1950.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 21 de Fevereiro de 1952.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 31 de Janeiro de 1955.

PARAÍBA, Estado da. **Um Trimestre de Administração. Mensagem** do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida, enviada em 1º de junho de 1951 á Assembléia Legislativa. João Pessoa, PB: Divisão de Imprensa Oficial, [1951].

PARAÍBA, Estado da. **Mensagem** do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida enviada em 1º de junho de 1955 á Assembléia Legislativa. João Pessoa, PB: Divisão de Imprensa Oficial, 1955.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade São Francisco. 2002. (Coleção educação contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A Era das escolas rurais na Paraíba (1935 - 1960). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos. (Org.) **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção memória da educação). p. 133 – 159.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo e BURITY, Luiz Mário Dantas. Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba Estadonovista (1937 - 1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 54, p. 172 - 188, dez 2013.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Educação, modernização e desenvolvimentismo na Paraíba (1950 - 1954). In: **Anais Eletrônicos do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, e SBHE, 2015. p. 1 – 12.

PEREIRA, Priscilla Leandro. **Educação rural na Paraíba (1946 - 1961): “um meio para fixar o homem ao campo”**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGE, 2013. (Dissertação de mestrado em Educação).

SILVA, Joice Lima Branco da. **Relatório Final de Iniciação Científica**. João Pessoa, PB: UFPB, 2015 (digitado).

TEIXEIRA, Anísio. Expansão... ou dissolução? **Discurso de posse de Anísio Teixeira no INEP**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação, 1952.

TEIXEIRA, Anísio. Extensão do ensino primário brasileiro. **Boletim CBAI**. Rio de Janeiro, v.10, nº 6, 1956. p. 1614 - 1618. Disponível em:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/extensaodoensino.html>. Acesso 15 de janeiro de 2016.

VASCONCELOS, Thais Gomes de. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Apontamentos sobre os grupos escolares e escolas rurais na Paraíba (1951 - 1955). In: **Anais eletrônicos do II Congresso Nacional de Educação**. Campina Grande, PB: 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID2972_10082015164115.pdf. Acesso 21 de janeiro de 2016.